

# 10<sup>o</sup>

# FEPEG FÓRUM

ENSINO · PESQUISA  
EXTENSÃO · GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE  
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): ROBERTO ALLAN RIBEIRO SILVA, JAQUELINE SOARES CARDOSO

## **CENTRO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL APAQUEANO DE JANAÚBA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE SUA CONSTRUÇÃO**

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo geral descrever os desafios e as perspectivas para a construção do Centro de Reintegração Social no município de Janaúba com a metodologia apaqueana. Optou-se por uma abordagem qualitativa bibliográfica, documental, observação participante e relato de experiência. Conclui-se A APAC de Janaúba teve grandes avanços em um curto período de tempo, isso se deve ao momento propício que o município vive, onde o medo da criminalidade pede por uma intervenção concreta e a APAC traz em seu bojo a proposta de reduzir a criminalidade. Outro fator favorável é o engajamento dos atores políticos da cidade, do Judiciário da cidade e da sociedade civil organizada, enquanto que o maior desafio é a motivação e sensibilização da comunidade para a manutenção da APAC tanto com o voluntariado como com apoio financeiro esse ponto é crucial para a efetiva implementação do Centro de Reintegração.

**Palavras-chave:** Centro de Reintegração; Associação de Proteção e Assistência ao Condenado; Humanização da Pena.

### **Introdução**

O Brasil tem 607 mil pessoas, é a quarta maior população carcerária do mundo, menor apenas que a dos Estados Unidos, da China e da Rússia. De 2002 a 2013, segundo o IBGE, a população brasileira cresceu 15% enquanto a população carcerária mais do que dobrou (um aumento de 140%) no mesmo período. No entanto a construção de novos complexos penitenciários não acompanhou a expansão do número de condenados e sentenciados, em 2014 o déficit de vagas era de 231 mil lugares, de modo que 16 presos, em média, ocupam o espaço destinado a 10 (DEPEN, 2015).

Langeani e Ricardo (2016) analisando estes dados afirmam que embora pareça que a situação prisional é precária porque houve negligência na construção de presídios e abertura de novas vagas o mesmo relatório (DEPEN, 2015) informa que de 2000 a 2014 o número de vagas triplicou, e mesmo assim o déficit do período mais do que dobrou. O que sugere que o crescimento do número de prisões não cumpriu sua promessa de contenção da violência. Ao contrário, a superlotação, a violação de direitos e a falta de ambientes e atividades propícias à ressocialização levam a um acirramento da violência. Evidenciam, portanto, é uma necessidade urgente de mudança.

Diante desta problemática, com o intuito de buscar soluções viáveis para a diminuição da criminalidade no Vale do Grotuba, um grupo constituído de professores e acadêmicos, coordenados pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cynara Silde Mesquita Veloso e financiados pela FAVAG, se mobilizou para a implantação de um Centro de Reintegração Social com a metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) na cidade de Janaúba. Não é apenas a criação de mais um presídio, mas uma alternativa ao sistema prisional que se mostra ineficiente. Mais baratas e efetivas para a ressocialização, a APAC têm potencial para reduzir a desumanização carcerária e consequentemente diminuir a reincidência, além de demandar uma maior participação social (SENADO, 2016).

O objetivo desse trabalho é descrever os desafios e as perspectivas para a construção do Centro de Reintegração Social no município de Janaúba.

### **Material e métodos**

Optou-se por uma abordagem qualitativa, que se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Por sua vez, a pesquisa tem descritivo definida como aquela que objetiva observar, registrar e analisar as características de um fenômeno ou de uma experiência (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Com relação aos procedimentos de pesquisas foram utilizados os seguintes: bibliográfica, documental, observação participante e relato de experiência.

A pesquisa documental teve como fonte de coleta de dados os arquivos da diretoria da APAC, incluindo atas, estatuto cronogramas, plano de ação e outros documentos. Enquanto que a observação e o relato de experiência se tratam das impressões de um dos autores deste trabalho como membro da diretoria da associação.

### **Resultados e discussão**

# 10<sup>o</sup>

# FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE  
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Um grupo de professores e acadêmicos da Faculdade do Vale do Gorutuba preocupados com as denúncias formulada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2009), em outubro de 2009, acerca das precárias condições da cadeia pública de Janaúba, realizou um estudo detalhado no presídio de Janaúba (VELOSO, *et al.*, 2013) que foi realizado entre 2010 e 2013. Os dados deste estudo, aliados à criminalidade crescente na cidade levaram em 2014 a um novo projeto, o de implantar e consolidar a Metodologia APAC na comarca de Janaúba.

Para implementar e desenvolver uma unidade prisional com a metodologia da APAC em uma comarca de Minas Gerais, é necessário iniciar um processo, com passos obrigatórios instituídos pelo Projeto Novos Rumos. Esse projeto foi lançado em 2001 pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), com o objetivo de incentivar a criação e expansão da APAC e orientar as comarcas e municípios interessados em implantar e desenvolver o método (TJMG, 2004). Esses passos incluem visita a uma APAC em funcionamento, realização de seminários de estudos sobre a metodologia, realização de audiência pública e criação jurídica da associação que foram realizados pelo grupo de pesquisa da faculdade.

A partir da instituição da diretoria da APAC de Janaúba, em março de 2015, os seus membros ficaram encarregados de executar os para a implantação do método na cidade. Ao longo desse ano a diretoria conseguiu importantes avanços: A APAC foi instituída de utilidade pública municipal com encaminhamento para sua instituição como de utilidade pública estadual, foi aprovado projeto de Lei com doação de terreno com 8235,50 m<sup>2</sup> em um bairro da cidade, destinação de recurso do fundo de execução penal e a doação do CREA de todos os projetos (civil, arquitetônico, de prevenção de incêndio, hidráulico, elétrico, lógica etc) para a construção das instalações da APAC. Os avanços foram tão significativos de modo que o plano de ação da associação prevê o lançamento da pedra fundamental para Fevereiro de 2016.

A APAC de Janaúba está à frente de APACs como a de Jaíba que já foi instituída juridicamente há oito anos e da APAC de Montes Claros que conseguiu recurso de mais de três milhões para a construção do prédio. Esse bom desempenho se deve ao engajamento da sociedade política (vereadores e prefeito), do Judiciário da cidade (Juiz, promotor e Ministério Público) e da sociedade civil organizada (clubes de serviço, empresários e da FAVAG). Cumpre destacar que o Projeto de extensão da FAVAG faz reuniões mensais com o intuito de discutir o método e chamar a atenção da sociedade acadêmica para a metodologia apaqueana com o objetivo de conseguir apoio para a construção da APAC e para conseguir voluntários.

O maior desafio para a concretização da APAC em Janaúba é a motivação e conscientização da população sobre os benefícios para a cidade com a implantação da Associação e como a APAC depende da participação da Comunidade para a manutenção tanto com o voluntariado como com apoio financeiro esse ponto é crucial para a efetiva implementação do Centro de Reintegração.

Nesse ponto a diretoria da APAC conta com o importante apoio dos acadêmicos para a divulgação da metodologia na comunidade acadêmica e externa. Sensibilizar as pessoas de que a APAC não é só mais um presídio convencional e nem um hotel cinco estrelas para os presos e que a humanização do tratamento dos condenados não tira o caráter punitivo da pena, já que a metodologia apaqueana é fundamentada em uma metodologia rígida, que cumpre os preceitos da Lei de Execução, que diminui o índice de reincidência. Todavia, sabe-se que essa não uma tarefa difícil que não vai ser alcançada de uma hora para outra, e depende da desconstrução da ideologia da defesa social e construção de uma nova ideologia, que é a humanização da vida carcerária.

Para consecução do objetivo de construção do Centro de Reintegração Social de Janaúba e consolidação da APAC em Janaúba, além do envolvimento de todos serão necessários muitos treinamentos, realização seminários e audiências públicas que esclareçam os benefícios da APAC para a diminuição da criminalidade em Janaúba e para a humanização da vida carcerária.

## Conclusões/Considerações finais

A APAC de Janaúba teve grandes avanços em um curto período de tempo, isso se deve ao momento propício que o município vive, onde o medo da criminalidade pede por uma intervenção concreta e a APAC traz em seu bojo a proposta de reduzir a criminalidade. Outro fator favorável é o engajamento dos atores políticos da cidade (vereadores e prefeito), do Judiciário da cidade (Juiz, promotor e Ministério Público) e da sociedade civil organizada (clubes de serviço, empresários e da FAVAG) enquanto que o maior desafio é a motivação e sensibilização da comunidade para a manutenção da APAC tanto com o voluntariado como com apoio financeiro esse ponto é crucial para a efetiva implementação do Centro de Reintegração.

# 10<sup>o</sup>

# FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA  
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE  
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Nesse ponto a APAC de Janaúba sai na frente de outras APACs em implantação por contar com o apoio dos docentes e descentes da FAVAG para a divulgação da metodologia na comunidade acadêmica e externa. Esse grupo consegue uma mobilização e alcance muito grande.

## Agradecimentos

À Faculdade Vale do Gorutuba – FAVAG

## Referências bibliográficas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Notícias. Direitos Humanos constata precariedade de cadeia em Janaúba. Outubro 2009 Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2009/10/Not\\_761469.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2009/10/Not_761469.html)> Acesso em: 01 Maio 2016.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN - Dezembro 2014. Ministério da Justiça. Brasília, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LANGANI, B.; RICARDO, C. Quais são os números da justiça criminal no Brasil? Um chamado à razão. Informativo Rede Justiça Criminal. Brasília, n.8, 2016.

SENADO FEDERAL. Privatização de Presídios: A polêmica sobre a administração de unidades penais. Em Discussão. Brasília, ano 7, n. 29, 2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Programa Novos Rumos - Metodologia APAC. Disponível em : [http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/novos\\_rumos/apac\\_apresentacao.html](http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/novos_rumos/apac_apresentacao.html). Acesso em: 04 de julho de 2015.

VELOSO, C. S. M.; et al. Direitos humanos, políticas sociais, pobreza cidadania no cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gorutuba. IV Congresso em Desenvolvimento Social: Mobilidades e Desenvolvimento. Unimontes, 2013.